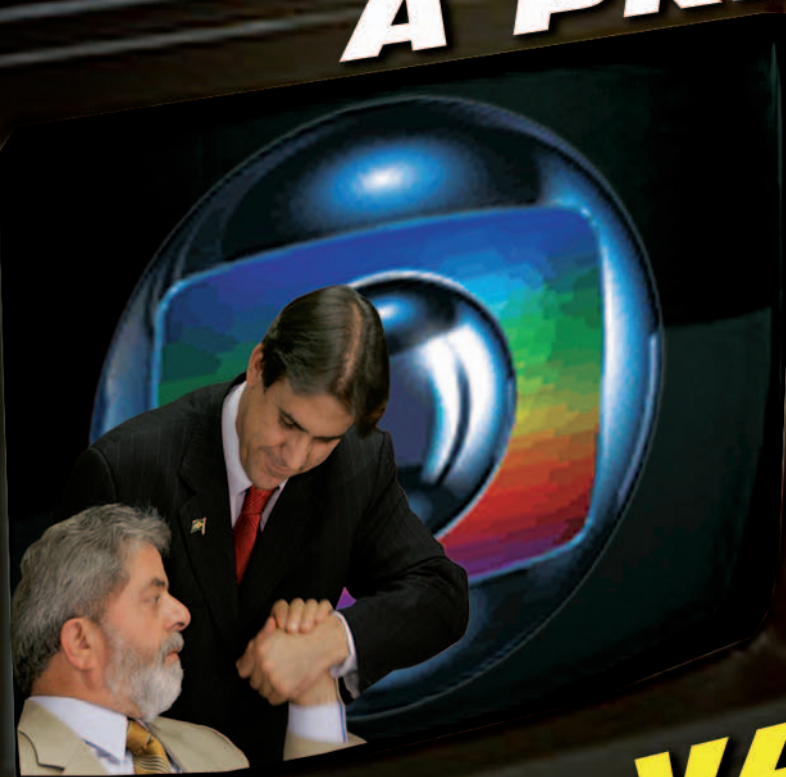
OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
Ano XI - Edição 298
Colaboração: R$ 2
De 17 a 23/05/2007

AS MENTIRAS DA GLOBO CONTRA A PREVIDÊNCIA

Lula e a Rede Globo querem acabar com a sua aposentadoria

VAMOS DAR O TROCO NO DIA 23!

Páginas centrais

VISITA DO PAPA É MARCA POR CAMPANHA MORALISTA CONSERVADORA

Página 5

POLÊMICA: CONTRA QUEM DEVEMOS LUTAR NO DIA 23?

Página 9

EVO MORALES FAZ ACORDO E ACIONISTAS DA PETROBRAS LUCRAM

Página 11

ESTUPIDEZ - "O aumento de balas perdidas é porque a polícia está atuando", disse José Mariano Beltrame, secretário de Segurança do Rio de Janeiro, justificando o injustificável.

LOCATÁRIOS – O governo do Pará vai gastar R$ 148,5 mil para reformar uma casa alugada em um condomínio de luxo de Belém. O imóvel será moradia para a governadora Ana Júlia (PT).

"HABEMUS AUMENTUM"

Os deputados aproveitaram os holofotes voltados para a visita do papa e aprovaram na Câmara dois projetos que reajustam em 28,5% os seus próprios salários, dos ministros, do presidente Lula e do vice-presidente, José Alencar. De acordo com o projeto aprovado, o salário dos deputados e senadores vai passar dos atuais R$ 12,8 mil para R$ 16,5 mil. Já o vencimento dos demais ministros subiria de R$ 8,3 mil para R$ 10,7 mil.

PÉROLA

"Um gerente qualquer tem um salário melhor que o de um ministro"

WALDIR PIRES, ministro da Defesa. Segundo ele, quando o ministro acaba de pagar suas contas, fica "apenas com R$ 5 mil". *(portal de notícias G1, 10/05/2007)*

AMAPÁ

Mais de 136 trabalhadores reuniram-se nos dias 26 e 27 de abril para participar do 1º Curso de Formação de Cipeiros, organizado pelo ILAESE (Instituto Latino-Americano de Estudos Sócios-Econômicos) e SINCOTTRAP (Sindicato dos Rodoviários). Apesar de os patrões terem tentado boicotar o evento, não liberando nenhum trabalhador para participar, a base compareceu massivamente, demonstrando um alto nível de consciência de classe na categoria do estado.

CHARGE / AMÂNCIO

EM GREVE

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entraram em greve no dia 14. A paralisação é uma resposta às tentativas do governo de dividir o órgão por meio da medida provisória 366.

IBAMA EM GREVE.

Inscrição na camiseta de grevistas

LIQUIDAÇÃO

O fim da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) pode acontecer a qualquer momento. Após ser aprovada pela Câmara, a proposta foi para o Senado, que votará a liquidação da antiga estatal. A extinção da RFFSA é uma das prioridades do PAC. Nos anos 90 o patrimônio da empresa foi privatizado, um profundo golpe na já frágil malha ferroviária do país. Dezenas de ferrovias e trens viraram sucata, sobrando apenas as concessões consideradas "mais lucrativas" pelo setor privado. Com a liquidação, grande parte do patrimônio não utilizado será doada para as ricas concessionárias.

FAZENDO ESCOLA

O comandante das tropas brasileiras no Haiti revelou em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo que as operações no país caribenho servirão para um plano de "contenção da violência" no Rio de Janeiro. Ou seja, a repressão ao povo haitiano é uma espécie de "laboratório" que será usado para reprimir a população das comunidades cariocas.

Em movimento

São Paulo

ESTUDANTES OCUPAM REITORIA DA USP

Desde do último dia 4, os estudantes da USP mantêm uma ocupação no prédio da reitoria. A ação ocorreu depois que um grupo de estudantes se dirigia ao local para exigir um pronunciamento público da reitora, Suely Vilela, sobre os decretos do governador José Serra, que impõem a precarização e a privatização das universidades paulistas. Como a reitora não compareceu, os estudantes decidiram ocupar o prédio.

Os estudantes exigem uma posição da reitoria sobre os decretos, a realização de um Conselho Universitário aberto e o atendimento de questões específicas da USP, como a solução de problemas na moradia e a contratação de professores. Também querem a garantia de que não vai haver punição aos ocupantes.

Houve uma negociação com a reitora, na qual os estudantes conseguiram algumas vitórias: 329 novas moradias e posicionamento da reitoria sobre os decretos de Serra no próximo Conselho Universitário. Por enquanto os estudantes mantêm a ocupação e preparam uma greve, junto com os servidores da universidade, no dia 16 de maio.

SERVIDORES DE DIADEMA

Após 17 dias de greve, servidores de Diadema (SP) obtiveram uma vitória parcial. A forte mobilização teve como vanguarda setores da educação, da saúde e da guarda municipal. O prefeito de Diadema, José de Filippi Junior (PT), disse que reajustaria o salário da categoria em apenas 3,12% enquanto os servidores reivindicavam reposição das perdas de 33%. O Prefeito quis pagar para ver e viu. Os servidores deflagraram a greve e ocuparam a Câmara dos Vereadores, no dia 3 de maio. A ação forçou a administração a apresentar, por escrito, outra proposta. Os servidores em assembléia votaram pelo fim da greve, mas não da mobilização, já que existe uma grande desconfiança com a atual administração.

Goiás

VITÓRIA NA UFG

No dia 10 de maio os estudantes da Universidade Federal de Goiás (UFG) deram uma resposta ao atual projeto de reforma da Educação Superior implementado pelo governo Lula. A chapa 2 "Unidade e Ação", teve ampla maioria dos votos, demonstrando que fica cada vez mais difícil para os setores governistas defender a reforma Universitária. A eleição contou com 2996 votos, dos quais a chapa 2 obteve 1.922 votos.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 - Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186 *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

QUEM NÃO CONHECE O INIMIGO PERDERÁ TODAS AS BATALHAS

Estamos vivendo a preparação do dia 23 de maio, que pode unificar distintas lutas da cidade e do campo contra a reforma da Previdência do governo Lula, assim como reforçar cada uma das lutas específicas dos distintos setores.

O governo Lula está tomando medidas descaradas contra os trabalhadores. Acaba de lançar o projeto contra as greves do funcionalismo, assumindo que todos os serviços públicos são "essenciais", um argumento que nem os governos passados defendiam. A direção do Banco do Brasil está impondo um plano de demissões, terceirizações e fechamento de setores chaves do banco. As prefeituras do PT demitem ativistas como no caso da prefeitura de Recife, que exonerou uma professora da Conlutas.

Agora vem à luz o projeto do governo Lula para a reforma da Previdência, que defende a idade mínima para a aposentadoria de 67 anos. Ou seja, o governo quer negar o direito de aposentadoria para boa parte dos trabalhadores que morrem antes, ou permiti-la por muito poucos anos.

A oposição de direita aplica exatamente a mesma política de Lula, com reformas contra os trabalhadores e repressão às suas lutas, como é o caso de Serra em São Paulo.

Enquanto isso, todos podem ver os altíssimos lucros das grandes empresas. No primeiro trimestre deste ano, a Vale do Rio Doce teve o maior lucro da América Latina, de R$ 5 bilhões. Em apenas três meses, a companhia lucrou bem mais que o preço pago por ela em sua privatização fraudulenta (R$ 3,4 bilhões). Neste mesmo trimestre, Itaú e Bradesco, os maiores bancos nacionais, acabam de bater mais um recorde histórico em seus lucros.

Esta é a essência do governo Lula: a favor dos banqueiros e das grandes empresas, mas com a cara da maior liderança operária da história do país. Esse é o maior poder do governo, sua capacidade de enganar os trabalhadores, fazendo-os aceitar (afinal é Lula quem está defendendo) medidas duríssimas de ataques a seus direitos.

Isso começa a mudar com a mobilização para o dia 23. Começa uma luta nacional conjunta contra as reformas que o governo quer impor aos trabalhadores, em particular a da Previdência. Mas a governista CUT quer tentar desviar a data para que seja de apoio a Lula.

O stalinismo no passado fazia essas manobras, escondendo a verdade ou simplesmente fazendo-a desaparecer quando não lhe interessava. Mas a CUT de hoje não tem a força do stalinismo do passado. Não pode esconder o sol com uma peneira. Quem está preparando a reforma da Previdência não são apenas a Fiesp ou o PSDB, é o governo Lula.

Sun Tzu, um filósofo chinês reconhecido na arte da guerra, dizia que quem não conhece o inimigo perderá todas as batalhas. É preciso que o dia 23 seja um passo claro também no enfrentamento com o governo Lula. Os trabalhadores precisam superar o engano deste governo e os enganadores a seu serviço.

OPINIÃO – DAYSE DE OLIVEIRA, da secretaria de negros e negra do PSTU

Não há capitalismo sem racismo

"Os homens pedem carne, fogo e sapato. As leis não bastam...Os lírios não nascem das leis"
("Rosa do Povo", Carlos Drummond de Andrade)

Lula e princesa Isabel foram e são governantes que só fazem leis, o que não basta para os negros. A Lei Áurea foi fruto de muita luta dos escravos e demais trabalhadores e não um presente da princesa, que assina a lei quando boa parte dos negros já estava livre. Terminada a comemoração da lei, eles só tinham a liberdade de ficarem presos à miséria do capitalismo.

Antes da Revolução Francesa e da pressão inglesa, o fim da escravidão no Brasil era defendido apenas pelos escravos e seus descendentes. Não havia outros setores organizados que levantassem de modo conseqüente tal bandeira. A consolidação do capitalismo no mundo aumentou a pressão pelo fim da escravidão. As lutas ocorriam tanto na cidade quanto nas fazendas.

Nessa luta os ferroviários ajudavam nas fugas escondendo escravos. Os jangadeiros do Ceará recusavam-se a transportar os cativos. As sociedades abolicionistas nas cidades cresciam e promoviam debates. Nas fazendas os escravos fugiam ou queimavam as plantações.

A pressão social garantiu que os presidentes das províncias do Ceará e do Amazonas abolissem a escravidão nesses locais. Fazendeiros do café do oeste paulista já estavam substituindo a mão-de-obra escrava pela dos imigrantes.

O Vale do Paraíba no Rio de Janeiro era a região que basicamente sustentava a escravidão. Pressionada pela opinião pública, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas outra luta teve início e continua até hoje com o governo Lula.

Continua o desrespeito pelas terras das comunidades quilombolas, trabalhadores negros recebem metade do salário dos brancos, a precarização do trabalho dos negros segue e tende a aumentar com a aprovação das reformas sindical e trabalhista e da Previdência.

As leis de Lula, como a obrigatoriedade do ensino de história da África, viram letra morta quando o próprio presidente veta as verbas para capacitação dos profissionais. A reforma do ensino tende a privatizar as escolas e a universidade pública.

Por isso a frase de Malcom X deve ser reafirmada nesse 13 de maio: não há capitalismo sem racismo, dizia o líder negro.

Assim, o fim da marginalização histórica do negro começa com a luta pela construção do socialismo, em unidade com o movimento operário e demais setores oprimidos.

Caveirão em ação na Favela da Grota

MARCOS D'PAULA/AE

AUMENTA A VIOLÊNCIA POLICIAL NO RIO DE JANEIRO

JOSÉ EDUARDO BRAUNSCHWEIGER e ADERSON BUSSIGER,
do Rio de Janeiro (RJ)

A ocupação do Complexo do Alemão pela Polícia Militar, conjunto de favelas do Rio de Janeiro, deixou em 11 dias um rastro de sangue com 15 mortos e 43 feridos. Em sua maioria, as vítimas eram trabalhadores que moravam na comunidade. Mais uma vez fica claro que as balas que assassinam a população não são "*perdidas*" como se costuma noticiar, mas possuem alvos certos: pobres, favelados, negros e trabalhadores desempregados.

As estatísticas também demonstram que a polícia do governo Sérgio Cabral (PMDB) já matou, só nos primeiros três meses deste ano, 50% a mais do que no mesmo trimestre de 2006. Mas a Folha de São Paulo (08/05/07) divulgou que os registros do número de vítimas no Rio estão sendo modificados. Por meio de dados do hospital Getúlio Vargas, o jornal noticia que o registro do número de mortes em Vila Cruzeiro nos últimos confrontos é maior do que o oficialmente divulgado pelo governo.

Esses fatos são o retrato do fracasso da política de segurança dos governos, que se recusam a atender às necessidades de condições dignas de vida para a população, e continuam reprimindo e humilhando os trabalhadores sob o argumento de "*combater*" os bandidos e os narcotraficantes.

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional divulgou no dia 3 o relatório intitulado "Brasil – entre o ônibus em chamas e o caveirão: em busca da segurança cidadã", em que faz duras críticas ao governo Lula e aos governadores de São Paulo, José Serra (PSDB), e do Rio. O documento confirma que a ação das polícias continua "*caracterizada pela invasão policial nas favelas que coloca em perigo a vida de todos*".

O relatório denuncia a crescente militarização da polícia, cuja maior expressão no Rio é o "caveirão" (veículo blindado utilizado pela PM para invadir favelas), e apresenta números alarmantes. Segundo o documento, as ações da polícia provocaram mais de mil mortes em 2006 no Rio. O texto também mostra que as milícias controlam 92 das mais de 500 favelas cariocas.

Em São Paulo, a situação não é diferente. Só no dia 18 de maio do ano passado a polícia matou 107 "suspeitos", 11 deles enterrados como "*indigentes*", sem investigação criminal formal.

O trabalho da Anistia confirma a hipocrisia de Lula, Serra e Cabral, que se elegeram com discursos e promessas de melhoria da segurança pública, mas depois de eleitos vêm aplicando a mesma política truculenta de repressão. Assim, o relatório destaca que "*o presidente Lula prometeu fazer da segurança pública um dos carros chefes do seu segundo mandato. (...) Mas, ao comparar os ataques criminosos ao terrorismo e insistir na necessidade de uma mão forte, o presidente traiu o espírito do SUSP, as propostas de reformar a segurança com base nos direitos humanos. Da mesma forma, Cabral, que durante a campanha condenou a utilização do "caveirão", hoje continua utilizando diariamente o carro blindado nas favelas*".

MAIS REPRESSÃO

Sob o pretexto de "*combate à impunidade*", vieram à tona novamente velhas propostas como a redução da maioridade penal, aprovada no dia 28 de abril pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Além da mentira que representa a redução da maioridade no combate à violência (os números indicam que apenas 1% dos crimes violentos são praticados por menores), não é verdadeiro o argumento de que faltam leis no Brasil ou que há impunidade. Em primeiro lugar, o que mais temos no país são leis, muitas das quais esdrúxulas, que somente servem para punir pobres, negros e jovens.

O Brasil possui o quarto maior sistema prisional do mundo, com 401.236 presos em celas abarrotadas, segundo levantamento do Departamento Penitenciário Nacional. A população carcerária cresce a uma taxa de mais de 10% ao ano, bem superior à média do crescimento anual da população, de 1,3%. A isso se agrega o fato de haver mais de meio milhão de foragidos (550 mil mandados de prisão decretados pela Justiça e não cumpridos pelas polícias), segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública.

ESTADO CORRUPTO

A decomposição do Estado burguês gerou uma profunda ramificação de seus órgãos de segurança (polícia, Justiça, políticos, partidos, etc.) no crime organizado. Não existe "*banda podre*" da polícia porque toda a sua estrutura está apodrecida, desde a direção. É o que foi comprovado por dezenas de denúncias, como na Operação Hurricane, mostrando a ligação do alto escalão do Estado com o crime.

UM PROGRAMA PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA POLICIAL

No dia 8, cerca de 500 moradores da Vila Cruzeiro fizeram uma passeata contra a violência policial. Dias antes moradores da favela Bela Vista, em São Paulo, haviam realizado também um protesto pelo mesmo motivo que parou a Marginal Tietê. Manifestações dessa natureza se sucedem por todo lado, tanto que no mês passado moradores da Mangueira também saíram às ruas para protestar. O dia 17 de abril e o ato de 1º de Maio no Rio incorporaram como parte de suas reivindicações o fim da violência policial e a não criminalização dos movimentos sociais.

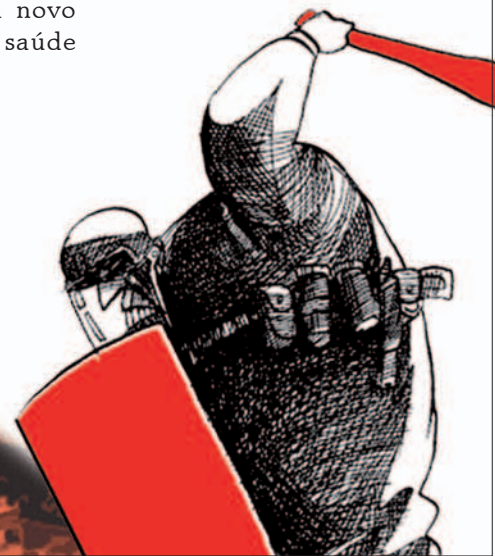
É importante que os trabalhadores e a população dos bairros pobres assumam estas mobilizações e um programa próprio para enfrentar a violência. Está claro que as respostas não virão dos atuais governos. A solução, tanto de Lula, Cabral, como do PSDB-DEM é o aumento da repressão, e o resultado é esse que se vê por aí. Tampouco resolvem as já desgastadas passeatas da classe média "*pela paz*".

O programa começa pela mudança radical da atual política econômica, que só serve ao aumento dos lucros das grandes empresas. Com a ruptura com o imperialismo e deixando de pagar as dívidas interna e externa, é possível um novo plano econômico que acabe com o desemprego, eleve os salários e permita um novo plano de educação e saúde para a população.

O segundo ponto é a dissolução das polícias atuais, completamente corrompidas. É preciso uma nova polícia, democraticamente organizada. A população dos bairros é que deve eleger os delegados, e deve ser permitida a organização sindical de suas bases. Todas estas medidas são para possibilitar um controle da população sobre a polícia.

O terceiro elemento é a descriminalização das drogas. Grande parte dos altíssimos lucros do tráfico advém de que as drogas são ilegais. As drogas ilegais são tão nocivas como as legais (álcool e tabaco), e a repressão tem se comprovado um fracasso completo, que só alimenta os lucros dos traficantes e a corrupção do Estado.

O quarto ponto é que a repressão aos bandidos tem que começar de cima. Enquanto os grandes bandidos, de colarinho branco continuarem impunes, será difícil acabar com os outros crimes.

Por fim, é preciso chamar a auto-organização dos bairros pobres, para barrar a violência policial e garantir a autodefesa dos trabalhadores sem ficar refém do tráfico ou de "milícias".

BENTO 16 PARTE SEM DEIXAR SAUDADES

DA REDAÇÃO

Logo que chegou ao Brasil, o papa Bento 16 fez questão de mostrar que não veio a passeio. Antes mesmo de pisar em solo brasileiro, o papa já havia defendido a excomunhão de políticos favoráveis à descriminalização do aborto. Tal posicionamento ficou claro com o apoio aos bispos mexicanos que recentemente excomungaram deputados pró-aborto da Cidade do México.

Em seguida, o papa disparou uma série de declarações ultraconservadoras ligadas ao comportamento sexual e ao casamento: condenou a utilização da camisinha, defendeu abstinência sexual e castidade antes do casamento e atacou o divórcio. Disse ainda que o sexo depois do matrimônio deve ter apenas "*fins reprodutivos*". As declarações desconcertaram até mesmo alguns teólogos da Igreja Católica.

Bento 16 também atacou duramente o setor mais progressista da Igreja na América Latina, a Teologia da Libertação, que ele combateu durante os anos 80 e 90. Assim, procurou fortalecer o setor mais à direita da instituição na abertura da Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (Celam), para demarcar terreno nas discussões que serão travadas por 280 bispos em Aparecida do Norte (SP) até o dia 31. Em seu discurso, o papa disse que a Igreja não pode se envolver em política. Pura hipocrisia. Ao longo de toda a visita, o papa se utilizou de valores religiosos para tratar de questões de Estado, como a própria discussão do aborto, ou ainda, o retorno do ensino religioso nas escolas.

A visita de Bento 16 ao Brasil buscou fortalecer o setor mais conservador da Igreja em torno de uma agenda moralista-conservadora e hipócrita. O objetivo é conter a perda de fiéis do catolicismo para outras confissões, um fenômeno crescente. Em 1979, na ocasião da primeira visita de João Paulo 2°, cerca de 89% da população se dizia católica, número que caiu para 74%.

Como escreveu Leonardo Boff, teólogo da libertação afastado da Igreja pelo então cardeal Joseph Ratzinger, a Igreja que Bento 16 pretende construir "*é necessariamente de poucos (...) Mas esses poucos devem ser santos, zelosos (...) Ocorre que esses poucos nem sempre são bons. Haja vista os padres pedófilos*".

A PAPA NÃO É POP

Nem mesmo toda a campanha da mídia, comandada pela Rede Globo, pôde esconder o anacronismo de Bento 16. A emissora esforçava-se em apresentar o papa como uma figura simpática e sensível. De nada adiantou. Vários jornalistas e colunistas atacaram duramente suas declarações conservadoras. Sem o carisma de João Paulo 2°, as celebrações com Bento 16 não atraíram o público esperado. Na missa de canonização de Frei Galvão, por exemplo, esperava-se mais de 2,5 milhões de pessoas. O evento atraiu menos de 800 mil. Na tão alardeada missa dominical, realizada na Basílica de Aparecida, o público teria sido de aproximadamente 150 mil. Os organizadores esperavam pelo menos 500 mil fieis. Fotos da imprensa mostravam vários lugares vazios na celebração.

A visita do papa mostrou que a Cúria Romana nunca ficou tão distância da realidade concreta do povo brasileiro. Bento 16 retorna ao seu mundo virtual no Vaticano sem deixar nenhuma saudade.

FABIO POZZEBOM/AG.BRASIL

PRECARIZAÇÃO

GOVERNO PREPARA SUBSTITUTIVO PARA EMENDA 3

DA REDAÇÃO

Apesar de ter anunciado o veto à emenda 3, o governo Lula negocia com os partidos de direita uma alternativa para institucionalizar a precarização das relações trabalhistas. A emenda 3, anexada ao projeto da Super-Receita do governo, impedia a autuação, pelos fiscais da Receita Federal, dos contratos de trabalho entre empresas que escondem relações de trabalho por trás da "*prestação de serviços*".

A nova proposta do governo legaliza esse tipo de contrato, impondo, porém a cobrança de contribuição previdenciária sobre os trabalhadores que atuam na forma de PJ (Pessoa Jurídica). O ministério da Fazenda propõe a cobrança de 10% sobre a receita dessas pessoas jurídicas. Os deputados, no entanto, pressionam para que esse valor se reduza para 5%.

A proposta vai legalizar a prestação de serviço como "PJ de caráter personalíssimo", ou seja, as empresas formadas por uma só pessoa, nas áreas intelectual e artística. Tal termo amplo, no entanto, abriga inúmeras categorias. Os defensores da emenda 3 e do substitutivo do governo, argumentam que 10% é bem abaixo que os 27,5% pagos de Imposto de Renda.

No entanto, os trabalhadores que atuam como prestadores de serviço já pagam uma série de impostos, além de não contarem com os mais básicos direitos, como 13° salário e férias.

Como se isso não bastasse, o substitutivo ainda faz com que os "*autos de infração*" percam a validade, anistiando as empresas que foram flagradas atuando com esse tipo de fraude.

CAI A MÁSCARA

O substitutivo do governo desmascara as reais intenções do governo Lula com o veto à emenda 3. Longe de se preocupar com a precarização das relações trabalhistas, o governo estava de olho tão somente na perda de arrecadação.

Ou seja, para o governo, não há maiores problemas caso se perpetue a relação entre PJ e as empresas, desde que os impostos continuem sendo recolhidos. Com isso e o avanço da política neoliberal, os trabalhadores com carteira assinada vão sendo substituídos gradativamente por uma massa de sub-empregados e trabalhadores informais.

A própria política econômica de Lula favorece a terceirização, a contratação dos PJ's e a dilapidação dos direitos, aprofundando o processo de precarização que atingiu os trabalhadores em cheio na década de 90.

LUTAR CONTRA EMENDA 3 É LUTAR CONTRA O GOVERNO

Por isso, a luta contra a emenda 3 e a flexibilização trabalhista que já ocorre na prática, passa pela luta conseqüente contra o governo Lula e sua política econômica. Com o substitutivo, cai a falsa polarização alardeada por setores como a CUT, entre Lula e a direita. Fica cada vez mais clara a posição do governo, ao lado dos empresários contra os trabalhadores.

Governo apresenta ataques à Previdência pública

REFORMA DA PREVIDÊNCIA deixa de ser mera ameaça; redação da PEC já está pronta

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Elevação da idade mínima para aposentadoria, fim da diferença entre a idade mínima para homem e mulheres, redução dos benefícios. Esta não é mais uma denúncia do Opinião Socialista sobre a reforma da Previdência de Lula. Agora estes ataques estão oficialmente detalhados num documento do próprio governo.

As propostas da segunda reforma da Previdência de Lula já estão tomando corpo mais definido e aos poucos vão se tornando públicas. Além de expor todos os ataques, o projeto desmascara a mentira de que a reforma não afetará os trabalhadores que já contribuem para a Previdência. Esse movimento se articula com a campanha massiva realizada pelos grandes meios de comunicação em defesa da reforma, com a Rede Globo à frente.

Durante a quarta reunião do Fórum Nacional da Previdência Social, realizada no dia 24 de abril, um dos principais defensores da reforma, o técnico e pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fabio Giambiagi, detalhou a proposta que traz ataques brutais às aposentadorias.

O instituto transformou-se de centro de estudos relativamente progressista no quartel general onde se desenvolvem as propostas das reformas neoliberais. Giambiagi desponta como um dos principais representantes do órgão, com a missão de *"conscientizar"* a opinião pública sobre a suposta necessidade das reformas.

PREVIDÊNCIA EM XEQUE

No último período as baterias do IPEA se voltaram contra a Previdência. *"Mesmo com prosperidade econômica, as receitas passaram a não cobrir mais os gastos com benefícios, exigindo parcelas crescentes dos orçamentos públicos"*, afirma o próprio presidente do IPEA, Luiz Henrique Proença Soares, no prefácio do recente estudo *"Previdência no Brasil: debate, dilemas e escolhas"*. *"A política de bem-estar foi colocada em xeque e ajustes tornaram-se necessários"*, sentencia.

Coletânea de artigos sobre a reforma, o estudo busca conceder argumentos *"técnicos"* à proposta de desmonte das aposentadorias. Ao final do livro, um artigo de Giambiagi e Paulo Tafner chamado *"Algumas propostas para o aprimoramento de nosso sistema"* "sugere" o envio de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) ao Congresso Nacional, já em 2007, *"definindo que todas as aposentadorias e pensões (sem exceção) serão reajustadas uma vez por ano em função de um índice de preços a ser definido em lei, que deveria ser o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)"*.

A fim de eliminar qualquer dúvida sobre a real intenção da reforma de arrochar as aposentadorias, o artigo é claro e categórico: *"(...) A solução estrutural para estancar as pressões observadas até agora é definir na Constituição a vedação a aumentos reais dos benefícios (...)"*.

Ou seja, a reforma da Previdência sugerida pelo IPEA tornaria inconstitucional o reajuste real de aposentadorias e demais benefícios da Previdência, aprofundando o arrocho para os milhões de aposentados. Uma vez aprovada, tal medida apressaria o processo já em curso de achatamento do valor dos vencimentos para abaixo do salário mínimo. O texto da PEC foi elaborado antes mesmo da instalação do Fórum, provando que o *"debate"* é mero teatro ensaiado pelo governo para implementar os ataques.

Entenda o projeto de reforma do governo

- ✗ Estabelece idade mínima (60 anos para homens, 55 para mulheres)
- ✗ Aumenta progressivamente a idade mínima para 67 anos
- ✗ Reduz as pensões por morte para 70% do valor
- ✗ Reduz e acaba com a diferença de idade para aposentadoria de homens e mulheres
- ✗ Acaba com a aposentadoria rural
- ✗ Acaba com a aposentadoria especial para professores
- ✗ Acaba com a aposentadoria dos servidores públicos

FATOS E MENTIRAS SOBRE A PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Durante a reunião do Fórum Nacional da Previdência Social, Giambiagi enumerou os principais pontos da reforma. Dentre eles estão a adoção de idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores do setor privado, aumento do tempo de contribuição e redução das pensões por morte.

IDADE MÍNIMA

Segundo a proposta do representante do órgão do governo, a idade mínima, que hoje só existe para os funcionários públicos, passaria a valer também para a iniciativa privada. Para os servidores, a idade mínima é de 60 anos para homens e 55 para mulheres. Além de impor a idade mínima para os trabalhadores do INSS, o governo quer fixá-la em 67 anos para homens e 66 para mulheres, valendo para quem passar a contribuir a partir de 2008.

Atualmente, a esperança de vida do brasileiro é de, em média, 71 anos. A idade mínima de 67 anos significa que o trabalhador vai gozar de apenas 4 anos de aposentadoria em média. No caso dos homens, a expectativa de vida é de 68 anos. Ou seja, o trabalhador vai ser obrigado a trabalhar até morrer.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Já com relação à aposentadoria por tempo de contribuição, a proposta do órgão é elevá-lo para 40 anos para homens e mulheres que entrarem no sistema a partir de 2008. Hoje os homens precisam contribuir por 35 anos e as mulheres durante 30. Para as mulheres que já contribuem, esse tempo se elevaria em um ano a cada três anos, a partir de 2010, chegando aos 35 anos em 2022.

Além de não reconhecer a dupla jornada das mulheres, a proposta parte do pressuposto de que o brasileiro se aposenta muito jovem. Se um homem começasse a contribuir muito cedo, com 20 anos, por exemplo, poderia se aposentar hoje com 55 anos. No entanto, estudo recente do Dieese aponta que cada vez menos trabalhadores se aposentam pelo tempo de contribuição. Em 1997, 417.371 pessoas se aposentaram por esse critério. Sete anos depois, foram apenas 148.281.

Isso acontece porque o fator previdenciário instituído por FHC em 1998 já representa a idade mínima para quem cumpriu o tempo de contribuição. O fator adia a aposentadoria e reduz a média do valor dos benefícios. Ou seja, ao contrário do que afirmam o governo e a mídia, o brasileiro se aposenta cada vez mais tarde, recebendo cada vez menos.

Terceira vítima, a pensão por morte seria reduzida dos atuais 100% do valor da aposentadoria do falecido para 70%. Já a aposentadoria especial de professores e trabalhadores rurais, com menor tempo de contribuição, seria lentamente eliminada para quem está no sistema. Os que entrarem em 2008 já não teriam direito a ela. Tais ataques recorrem mais uma vez à mentira do déficit da Previdência.

> **A EXPECTATIVA** de vida do brasileiro homem é de 68 anos; o governo quer estabelecer em 67 a idade mínima para aposentadoria

ATAQUE AOS SERVIDORES

Mas a reforma não atinge apenas os trabalhadores da iniciativa privada. O secretário da Previdência Social e representante do Brasil na Organização Internacional do Trabalho (OIT), Vinícius Pinheiro, defendeu durante a quinta reunião do Fórum o fim do regime especial de aposentadoria para o funcionalismo público. Para ele, os servidores deveriam migrar para o INSS. Com isso, as medidas da reforma valeriam também para o setor público.

"EVITAR COMOÇÃO SOCIAL"

Outra preocupação do governo é evitar qualquer tipo de resistência aos ataques. Por isso, um dos pontos apresentados por Giambiagi no Fórum é auto-explicativo: *"evitar comoção social"*.

Para conseguir isso, o órgão defende uma *"maior campanha institucional desde o lançamento do Plano Real"*, com a *"escolha do (da?) 'Dráuzio Varela' da Previdência"*. Ou seja, ao mesmo tempo em que afirma existir um crescente déficit na Previdência, o governo vai gastar milhões com uma massiva campanha de mídia. O objetivo é, segundo o próprio técnico, *"transformar os aposentados em aliados"*, pois *"o fato de uma pessoa ser prejudicada pela reforma não significa que ela irá se opor"*.

Todas essas afirmações estão na sistematização da apresentação de Giambiagi na quarta reunião do Fórum Nacional da Previdência Social.

O documento se chama *"Previdência Social no Brasil: financiamento, diagnóstico e propostas"* e pode ser consultado no site do Ministério da Previdência:
www.previdencia.gov.br.

O pesquisador Fábio Giambiagi, do IPEA

MARCELLO CASAL JR/AG.BRASIL

Globo mente e faz campanha em defesa da reforma

Enquanto o governo prepara a *"maior campanha desde o Plano Real"* em defesa da reforma previdenciária, na grande imprensa o festival em defesa do fim da Previdência pública e pela reforma trabalhista já está adiantado. Na vanguarda, como não poderia deixar de ser, está a toda poderosa Rede Globo.

No dia 8 de abril, o Fantástico exibiu uma reportagem especial destinada a atacar os supostos "privilégios" dos aposentados no Brasil. *"Você saberia dizer em qual país é mais fácil se aposentar?"*, perguntava inicialmente o narrador. A matéria, tecnicamente impecável, tenta mostrar como no Brasil é *"fácil"* se aposentar. Para tanto, a emissora se baseia num estudo do IPEA anunciado em *"primeira mão"*.

O documento compara o sistema previdenciário brasileiro com o de países como Alemanha, Bélgica, França e Japão. Como nesses países se é exigida uma combinação de idade mínima e tempo de serviço, os brasileiros seriam mais *"privilegiados"* que os trabalhadores do primeiro mundo. Um dos exemplos de "privilégio" mostrado pela reportagem é o de Jurema, aposentada de 48 anos que recebe R$ 350 por mês.

> **ENQUANTO NO BRASIL** a expectativa de vida é de 71 anos, na Bélgica e França ela supera os 78 anos

A reportagem só não diz que nos países citados a média de aposentadoria por tempo de contribuição é menor que a do Brasil. Ou seja, na Bélgica e na França as pessoas se aposentam mais cedo. Enquanto no Brasil o trabalhador se aposenta com 60,8 anos, em média, na Bélgica essa idade é de 58,1 anos e na França de 58,7, com uma expectativa de vida bem superior à brasileira. Enquanto no Brasil a expectativa de vida é de 71 anos, na França e na Bélgica ela supera os 78.

O pesquisador Paulo Tafner afirma na reportagem que o atual sistema é ruim para os mais pobres, que demoram a contribuir para a Previdência por causa da informalidade, e *"bom para a classe média"*, os *"mais ricos"*. Que o diga Jurema, com seus R$ 350 mensais.

A matéria de oito minutos e meio, transmitida em horário nobre, termina com mais uma mentira ao afirmar que o *"IPEA propõe a adoção de critérios mais rígidos para a concessão de benefícios, sem que isso comprometa os mais pobres, a imensa maioria dos pensionistas e aposentados do Brasil"*.

A reforma proposta pelo IPEA - com a desvinculação do piso da aposentadoria do salário mínimo, o fim da aposentadoria rural e o aumento do tempo de contribuição - prejudicará justamente os trabalhadores mais pobres. Poucas vezes se viu uma ação tão coordenada entre um órgão público e uma rede privada de TV em uma campanha.

Ligada aos grandes bancos e ao sistema financeiro internacional, a Globo está de olho no mercado bilionário da previdência complementar. Com a reforma, os principais beneficiários da retirada de direitos seriam os grandes fundos privados de pensão. Desta forma, a Rede Globo continua coerente com sua vergonhosa trajetória ao lado da burguesia e do grande capital, representados agora pelo governo Lula.

Combater as mentiras do governo e da Globo

Para levar às ruas uma forte campanha contra a reforma da Previdência, é necessário desmascarar perante a população tanto as mentiras do governo e seu Fórum Nacional da Previdência Social, quanto as *"reportagens"* da Globo.

Como explicou o programa de TV do PSTU, a Previdência arrecadou em 2006 R$ 312 bilhões e gastou R$ 254 bilhões. Ou seja, o sistema previdenciário teve um superávit de R$ 58 bilhões. O real *"déficit"* é o rombo causado pela transferência de recursos para o pagamento dos juros da dívida pública aos grandes banqueiros e especuladores internacionais.

Ao contrário do que se diz, o sistema da Seguridade Social tem superávit. A manobra para apontar seu suposto déficit consiste em contabilizar a Previdência independente do restante da Seguridade. No entanto, considerando todo o sistema, que inclui as receitas de Cofins, CSLL e CPMF, o superávit é muito maior que o déficit isolado da Previdência. Segundo a pesquisadora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Gentil, a Seguridade teve em 2006 um superávit de R$ 72,2 bilhões.

TODOS ÀS RUAS NO DIA 23 DE MAIO

Parte fundamental da luta contra as reformas, em particular contra a reforma da Previdência, ocorrerá no dia 23 de maio. É necessário preparar e impulsionar um grande dia nacional de mobilização contra os ataques do governo.

MARCELO CASAL JR/AG.BRASIL

MOBILIZAÇÃO DO DIA 23 É CONTRA O GOVERNO E SUAS REFORMAS

EDUARDO ALMEIDA, da redação

Está claro que poderemos ter no dia 23 uma das maiores mobilizações nacionais unificadas dos últimos tempos. Convocada originalmente pela Conlutas e as organizações que formam o Fórum de Mobilização, criado no encontro do dia 25 de março, a mobilização foi se impondo e unificando distintos setores, e hoje já indica um patamar inédito nos últimos anos.

Poderemos ter uma luta nacional não restrita a um ou mais estados. Se tudo ocorrer como está sendo preparado, teremos também a unificação de trabalhadores da cidade e do campo, do funcionalismo público e do setor privado. Vamos superar o marco limitado corporativista das categorias para unificar os distintos setores do movimento de massas. Vamos ver em ação setores sociais como os metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e de várias cidades de Minas Gerais; operários da construção civil de Belém (PA) e Fortaleza (CE); professores e funcionários públicos federais, estaduais e municipais de todo o país; sem-terra e sem-teto de vários estados (MST, MTST, MUST, MTL), e vários outros setores. Assim, poderemos ter uma mobilização conjunta do movimento sindical, estudantil e popular que dê maior segurança a cada uma das categorias para lutar.

A dimensão deste processo indica a possibilidade de um recomeço do ascenso neste país, e também a afirmação da Conlutas como uma alternativa de direção do movimento.

A IMPORTÂNCIA DA NOTA CONJUNTA

Mas o sucesso deste dia ainda não está garantido, não só em termos de sua preparação concreta (mobilização e organização das categorias, dos atos, etc.), como de seu conteúdo político.

Percebendo a possibilidade de que essas lutas possam ser capitalizadas diretamente pela Conlutas contra o governo, as organizações governistas aderiram à mobilização para disputar seu caráter a fim de evitar que o dia 23 seja de claro enfrentamento das massas com o governo Lula.

Isso gerou uma luta política entre as entidades que promovem a data. Ao final de várias reuniões, foi definida uma nota conjunta (que pode ser lida na íntegra em nosso site) claramente contra a "*política econômica do governo federal, que enriquece banqueiros e grandes empresários*", e contra a reforma da Previdência, o pagamento das dívidas e toda reforma que retire direitos, com um não à Emenda 3.

Essa nota foi produto de uma luta política contra os setores governistas, em especial contra a direção da CUT, que insistia em retirar qualquer menção ao governo federal. A Conlutas deixou claro que assim não existiria uma ação conjunta, pois o encontro do dia 25 havia definido uma mobilização contra o governo. A Intersindical teve uma posição vacilante: no início seu representante concordou com a posição da CUT de não atacar o governo; depois uma reunião da organização manteve a decisão do dia 25. Ao final, houve um acordo da Conlutas e da Intersindical com o MST ao redor da formulação "*contra o governo federal*", que obrigou a CUT a recuar e assinar a nota.

No entanto, agora a direção da CUT quer fazer do dia 23 uma mobilização não contra, mas de apoio ao governo. Uma nota assinada por seu presidente, Artur Henrique, defende uma "*nova rodada de manifestações para o dia 23 de maio, em defesa da manutenção do veto presidencial à Emenda 3*". Ou seja, segundo a direção da CUT, a mobilização do dia 23 não é contra a reforma da Previdência preparada por Lula, nem contra a política econômica do governo, mas a favor de Lula e seu veto à Emenda 3. Para demonstrar o que está preparando, a CUT já definiu (com o apoio da Corrente Sindical Classista, do PCdoB) que seu ato (separado dos outros setores) será em frente à Fiesp, para dar uma idéia de luta "*junto com Lula, contra a direita*".

A Conlutas respondeu com clareza: "*A luta contra a Emenda 3 é comum a todos nós, faz parte da plataforma unitária que definimos, mas ela se enquadra dentro do contexto da defesa de todos os direitos que estão ameaçados, inclusive os que são ameaçados pelo próprio governo. Reduzir a luta em defesa dos direitos apenas à defesa do veto do presidente Lula à Emenda 3 é mentir descaradamente aos trabalhadores para proteger o governo*".

Mas na nota da CUT não existe nada além da Emenda 3, nada sobre reforma da Previdência, política econômica do governo, reforma agrária, moradia, etc. A explicação para a posição da central nós já havíamos adiantado na mensagem anterior: "*a CUT apóia e está atrelada ao governo Lula, e por isso não consegue lutar contra ele. E não há como lutar contra a reforma da Previdência, contra a política econômica do governo, como defender reforma agrária, emprego, moradia, etc, sem lutar contra este governo*".

Também a luta contra a Emenda 3 seria desviada com essa postura da CUT, mais um recuo em relação à nota conjunta. Nesta se expressa o acordo de todas as organizações ao redor da recusa à Emenda 3, uma iniciativa da oposição de direita que piora ainda mais o projeto da Super-Receita do governo. A Conlutas está contra a emenda, mas contra também todo o projeto reacionário da Super-Receita que, entre outras coisas, transfere a verba da Previdência para o Ministério da Fazenda, com o objetivo de seguir pagando a dívida e justificar a imposição da reforma previdenciária. Uma posição diferente da direção da CUT, que defende só o veto de Lula, apoiando o danoso projeto. Aliás, o governo está negociando com a oposição de direita um substitutivo à Emenda 3 nas costas dos trabalhadores.

DIA 23 É UM DIA DE LUTA CONTRA A BURGUESIA E CONTRA O GOVERNO

É necessário que todos os setores envolvidos com a organização do dia 23 assumam a tarefa de prepará-lo desde as bases como um momento de luta contra o governo e, mais precisamente, contra a reforma da Previdência que está sendo preparada por Lula contra os trabalhadores. Este foi o eixo definido pelo encontro do dia 25, este é o grito que vai ecoar nas mobilizações do dia 23, queiram ou não queiram os governistas.

GOVERNO QUER ACABAR COM DIREITO DE GREVE

PAULO BARELA,
da direção nacional do PSTU

O governo Lula prepara uma série de ataques aos trabalhadores e aos servidores públicos em especial. Além de uma nova reforma da Previdência, quer implementar o PAC, que vai impor um brutal arrocho à categoria na próxima década, além de reduzir o quadro de servidores.

No entanto, o governo, prevendo uma onda de lutas contra esses ataques, quer impor instrumentos para impedir qualquer tipo de mobilização. Para isso, a Advocacia Geral da União enviou no último dia 12 à Casa Civil um Projeto de Lei que praticamente impossibilita greve no setor público.

Os servidores impuseram através da mobilização o direito de greve, independente de sua regulamentação. Porém, o projeto do governo acaba com as greves no funcionalismo para dar continuidade à sua política neoliberal. Para isso, utiliza-se de uma decisão do STF (Mandado de Injunção) que equipara a greve no setor privado ao serviço público.

REGULAMENTAÇÃO OU PROIBIÇÃO?

O governo propõe combinar a regulamentação do direito de greve com uma proposta de institucionalização da negociação coletiva, de acordo com a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Propõe ainda a criação de Grupos de Trabalho (GT's) para discutir os dois temas num espaço de três meses, enquanto executa os projetos do PAC.

Na verdade, o governo tenta realizar uma intervenção direta nas organizações sindicais e passar por cima da autonomia e independência das entidades. Vejamos alguns pontos:

- No artigo 3º da proposta, busca estabelecer critérios mínimos (quorum de dois terços da base) para a assembléia decidir sobre a greve. Imaginem uma categoria nacional com 10 mil trabalhadores ter que colocar 7 mil pessoas em uma única assembléia?

- Impõe no inciso II do artigo 4º o "Aviso Prévio" para decretação da greve. 72 horas de antecedência para comunicar o governo e 48 horas para informar a comunidade.

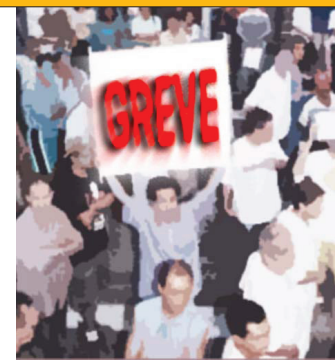
- No artigo 11º estabelece obrigatoriedade da prestação de serviços essenciais e, a seguir, o artigo 12º pontua quais são esses serviços. A relação cita nada menos que dezenove itens. Na verdade, o projeto aponta que, independente do setor, pelo menos 40% dos serviços têm que funcionar.

- Autorização para contratação de fura-greves. O projeto do governo propõe "durante o período de greve (...) realizar contratação temporária por excepcional interesse público ou qualquer forma de contratação de serviço de terceiros".(artigo 13º, § 2º), ou seja, legalização da contratação do "fura-greve".

Em síntese, a greve somente poderá ocorrer se o serviço não for prejudicado e os órgãos públicos funcionarem normalmente.

O direito de greve é um dispositivo constitucional, cabe aos trabalhadores decidirem como e quando utilizá-lo. Não cabe ao governo, nem mesmo ao Congresso, estabelecer normas para sua aplicação. Até hoje, apesar da propaganda enganosa dos meios de comunicação, os servidores nunca deixaram de prestar qualquer atendimento de emergência à população em qualquer setor, mesmo durante a greve.

SUPERAR A DIREÇÕES GOVERNISTAS

O governo não está sozinho nisso. As direções majoritárias da Fasubra, Condsef, Fenajufe, CNTSS e a CUT já manifestaram seu desejo de participar do Grupo de Trabalho do Ministério do Planejamento, independente das posições de entidades contrárias como Andes-SN, Sinasefe e Assibge-SN. Os governistas estão fazendo no movimento o trabalho sujo para o governo.

Para o PSTU, o GT do Ministério é mais um instrumento de cooptação e serve apenas para legitimar os projetos do governo. Por isso, somos contra a participação das entidades sem que o governo retire o PLC-01/07, abandone a idéia de regulamentação do direito de greve e abra negociação para as reivindicações do funcionalismo.

Por isso, a greve programada para junho deve ser construída por todos os lutadores, superando a conciliação das direções governistas, o projeto de lei de proibição das greves para arrancar as reivindicações em seu conjunto.

"VAMOS PARTICIPAR EM PESO DO DIA 23 DE MAIO"

No dia 22 de maio, ocorre em São Paulo o julgamento do processo de emissão da posse da fazenda da Barra, na região de Ribeirão Preto (SP), onde um pré-assentamento reúne em torno de 200 famílias organizadas pelo MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra) e 250 famílias organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Marcos Praxedes, dirigente do MLST e morador deste pré-assentamento, conversou com o Opinião Socialista sobre o julgamento e a importância do dia 23 de maio.
No dia do julgamento, haverá um ato a partir das 13 horas em frente ao Tribunal Regional Federal (TRF), na avenida Paulista, 1642. O MLST chama todas as entidades e ativistas a participar da manifestação.

POR YARA FERNANDES, *da redação*

Opinião Socialista - Qual a relação do MLST com a Conlutas?

Marcos Praxedes - Enxergamos hoje que a Conlutas realmente tem um compromisso com os movimentos populares. O MLST veio para somar, para ajudar a construir a Conlutas, entendendo que ela é uma ferramenta muito importante para os trabalhadores do campo e da cidade.

Qual a importância de a Conlutas reunir trabalhadores de movimentos populares, sindicalizados e juventude?

É extremamente importante, porque os trabalhadores foram traídos em tudo no que apostaram nos últimos anos. A questão financeira fez com que outras entidades se vendessem e se atrelassem ao governo federal, deixando de fazer a luta dos trabalhadores. Há muito tempo a gente não vê movimentos de massa, justamente porque as entidades que estavam representando esses trabalhadores se atrelaram ao governo.

Você é da região de Ribeirão Preto, conhecida pela concentração de usineiros e pelo monocultivo de cana-de-açúcar. Como é lutar pela terra neste ambiente?

Nós estamos no meio de um fogo cruzado. Os usineiros têm um poder muito grande e nós temos o poder popular. No dia-a-dia, a própria população tem enxergado os malefícios do monocultivo da cana. A gente enfrenta dentro do próprio Poder Judiciário uma série de sanções. Então eles vão manipulando e corrompendo com o dinheiro, e a gente vai do outro lado lutando e cortando cerca e entrando para dentro.

A posse da fazenda do pré-assentamento de vocês terá julgamento nos próximos dias. Qual é a expectativa?

O pessoal está eufórico porque nós já ganhamos a decisão em primeira instância. Mas vamos levar umas 150 pessoas do pré-assentamento para a porta do TRF na avenida Paulista, para fazer pressão sobre o Judiciário. E estamos contando com a ajuda de outras entidades, queremos convidar todos que puderem a estar com a gente neste dia.

Como está a organização do MLST para a Jornada de Lutas do Dia 23?

Nós vamos fazer uma reunião da direção do MLST para discutir em que áreas nós vamos atuar. Mas vamos mobilizar em todo o país, com ocupações e fechamento de rodovias. Vamos participar em peso do dia 23 de maio, também levantando a bandeira contra a criminalização dos movimentos sociais. O governo já deixou claro de que lado está e que projeto ele quer defender. Acho que vamos ter uma força muito grande de mobilização, e esta é a única forma de a gente conseguir modificar alguma coisa.

JUSTIÇA DETERMINA PRAZO PARA VOLKS REINTEGRAR ROGERINHO

EMANNUEL DE OLIVEIRA,
de São Bernardo do Campo (SP)

Foram 55 dias de acampamento na portaria da fábrica da Volkswagen no ABC paulista, enfrentando sol forte, chuva e frio. Tantas dificuldades não foram em vão - foi divulgada no último dia 10 a sentença de um dos processos dos dois diretores do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, membros da Oposição/Conlutas, que foram arbitrariamente demitidos em fevereiro.

A Justiça reconheceu a garantia no emprego de Rogério Romancini, anulou sua demissão e determinou que a Volkswagen reintegre o metalúrgico ao local de trabalho até o dia 20 de maio. A sentença ainda determina que Volks terá que pagar todos os dias que Rogério ficou fora da fábrica.

A empresa deve recorrer, mas isso não vai apagar a importante vitória de todos os que em momento algum deixaram de acreditar na luta pela livre organização.

A ampla campanha exigindo a readmissão foi fundamental para que a Justiça determinasse a sentença. A realização de quatro protestos na fábrica do ABC, com a presença de deputados federais e estaduais, dezenas de dirigentes e organizações sindicais, e as centenas de mensagens enviadas por sindicatos exigindo a reintegração foram muito importantes. Além do ABC, foram realizados atos na fábrica da Volks em Resende (RJ).

O empenho da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) na campanha internacional foi crucial para atingir Europa e América Latina. O apoio dos partidos de esquerda (PSTU, PSOL, POR) e a clara solidariedade dos trabalhadores do chão de fábrica, da Conlutas e de seus advogados também foram fundamentais.

Mas é preciso seguir com a campanha. Além do provável recurso da Volks, ainda não foi julgado o processo do outro diretor, Luiz Carlos da Silva, o "Biro-Biro". Em todo o Brasil, entidades e trabalhadores continuam realizando atos de solidariedade, divulgando cartazes e enviando moções. No dia 18, Luiz Carlos e Rogerinho embarcariam para a Alemanha com o objetivo de denunciar as demissões e prosseguir com a campanha pela reintegração.

PAPELÃO DO SINDICATO

A atuação lamentável ficou por conta da executiva do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em nenhum momento a direção da entidade se envolveu na campanha para que os diretores do próprio sindicato voltassem a exercer suas funções.

Ficou claro que a direção do sindicato joga às cobras aqueles que não partilham de sua posição política. O presidente da entidade, José Lopez Feijóo, recentemente participou de uma assembléia de metroviários para prestar solidariedade à categoria, falou sobre as demissões dos diretores do Metrô de São Paulo, mas não disse uma palavra sobre os metalúrgicos demitidos na Volks.

A atitude de Feijóo contrasta com a de muitos metalúrgicos que comemoraram a conquista, distribuindo cópias da sentença no interior da fábrica.

PREFEITO DO PT DEMITE SINDICALISTA NO RECIFE

GUILHERME FONSECA,
de Recife (PE)

No dia 21 de abril, o prefeito do Recife, João Paulo (PT), demitiu a dirigente sindical Cláudia Machado Ribeiro, professora da Escola Solano Magalhães.

Cláudia é uma das principais lideranças à frente do Simpere (Sindicato dos professores Municipais do Recife) e, por isso, reconhecida pela categoria como referência de luta. Ela foi punida às vésperas de uma entrevista à Rede Globo, onde denunciaria o fato da prefeitura manter, há muitos anos, um anexo de escola "funcionando" em um clube/bar, onde alunos têm aulas, sem que as mínimas condições sejam oferecidas para tal.

Recife possui a maioria das escolas e creches municipais com sérios problemas de infra-estrutura, com turmas superlotadas e os professores recebendo baixos salários. O Simpere levou uma campanha denunciando as péssimas condições das escolas fazendo, inclusive, um dossiê divulgado amplamente na imprensa local.

Com a demissão, o prefeito tenta intimidar a categoria (que está em plena campanha salarial) e impedir a deflagração de uma greve contra as péssimas condições de trabalho.

Por outro lado, se João Paulo não resolve os problemas da educação, reajusta o seu próprio salário e os de seus secretários, aumenta o número de cargos comissionados.

A demissão de Cláudia é um profundo ataque à organização sindical dos trabalhadores. A campanha organizando pelo Simpere pela reintegração de Cláudia está tomando corpo. Além da Conlutas, várias entidades estão se solidarizando. Chamamos também a CNTE, a CUT e outras entidades para assumir essa campanha.

SOLIDARIEDADE

E-mails exigindo a reintegração de Cláudia devem ser enviados para os seguintes endereços:
prefeito@recife.pe.gov.br
seceduca@recife.pe.gov.br

Com cópia para:
simpere@simpere.org.br
assessoria@conlutas.org.br

REPRESSÃO AOS ESTUDANTES DA UNESP

JÚLIA EID E TIAGO DE OLIVEIRA, de Araraquara (SP)

As mobilizações dos estudantes da Unesp (Universidade Estadual Paulista) de Araraquara, no interior, seguem com o objetivo de resistir aos ataques à universidade pública. Em 2006, a principal luta foi a defesa da moradia estudantil, que a diretoria queria extinguir. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil foi ameaçado com punições coletivas para impedir a organização e a mobilização dos estudantes.

No início deste ano, a diretoria concretizou a ameaça e quer punir quatro estudantes – dois deles militantes do PSTU – como responsáveis por uma manifestação ocorrida no dia 15 de março. Mais de 100 alunos protestaram contra a privatização da universidade e a invasão dos bancos através da realização de uma semana de recepção política dos calouros.

A escalada de repressão ao movimento estudantil na Unesp de Araraquara – e em outros lugares – vem crescendo e, neste momento, se expressa claramente como uma política deliberada contra os militantes do PSTU, cujo objetivo é varrer o partido da universidade.

A repressão arquitetada por governos, reitorias e diretorias tem sido um dos principais instrumentos políticos contra o movimento estudantil combativo, que segue resistindo aos ataques à universidade pública.

Frente a essa realidade, os estudantes de Araraquara estão em campanha nacional contra a repressão e em defesa das liberdades políticas de organização e manifestação. Como exemplo estão diversos atos no campus, passagens em sala, abaixo-assinados, moções de repúdio e um manifesto dos intelectuais denuncia esta perseguição política (confira no Portal a adesão dos intelectuais ao documento).

No próximo dia 24 a congregação poderá votar a expulsão dos estudantes. Por isso será realizada uma grande manifestação na cidade. Estudantes da USP, Ufscar, Unicamp e de outras unidades da Unesp estarão presentes fazendo muito barulho contra a repressão ao movimento estudantil.

EVO MORALES CEDE A PRESSÃO DA PETROBRAS

JEFERSON CHOMA, *da redação*

Na semana passada, o presidente da Bolívia, Evo Morales, anunciou que seu governo retomaria o controle acionário das refinarias Guillermo Elder Bell e Gualberto Villarroel, compradas em 1999 pela Petrobras. Mais uma vez, o governo Lula, os partidos de oposição de direita, a burguesia e a grande imprensa brasileira reagiram raivosamente contra a medida do governo boliviano.

Todos dizem que a medida vai "*contra os interesses do Brasil*". Defendem, na verdade, a manutenção dos lucros dos acionistas privados da Petrobras, detentores da maioria das ações da estatal.

Como é a principal petroleira em atividade na Bolívia, representando 15% do PIB do país, a Petrobras atua como uma multinacional, explorando as riquezas bolivianas e ganhando lucros fabulosos para seus acionistas estrangeiros. Isso explica porque a estatal foi um dos principais alvos da luta do povo boliviano pela nacionalização dos hidrocarbonetos.

Diante da situação, Lula ameaçou recorrer a uma Corte Internacional – um tribunal imperialista - contra a Bolívia.

O recente episódio envolvendo a Petrobras também ilustra os limites que Evo Morales impôs às nacionalizações. Diante das pressões do governo brasileiro, o boliviano recuou da medida e acabou aceitando um acordo que prevê a compra por US$ 112 milhões das duas refinarias pelo governo boliviano. O acordo inclui também a transferência de uma dívida de US$ 30 milhões para o Estado boliviano.

NEGÓCIO LUCRATIVO

O acordo foi extremamente lucrativo para a Petrobras. Desde 1999, o lucro líquido acumulado pela Petrobras Bolívia Refinación, que controlava as duas refinarias, foi de US$ 139 milhões. Os acionistas da estatal brasileira receberam US$ 126 milhões em dividendos pagos pelas refinarias, desde que elas foram adquiridas. Na época a Petrobras pagou US$ 96 milhões pelas duas plantas. "*Colocamos US$ 96 milhões e vamos retirar US$ 238 milhões. Se calcularmos o investimento com base no fluxo de caixa descontado, o resultado foi positivo. A Petrobras não perdeu nada com essas refinarias e até ganhou um pouco acima da taxa de atratividade que costuma balizar os investimentos*", explicou o presidente da Petrobras Bolívia, José Fernando de Freitas, ao jornal Valor Econômico.

POR UMA VERDADEIRA NACIONALIZAÇÃO

Logo após assumir o governo, sob a enorme pressão revolucionária do povo, Morales publicou o decreto da nacionalização dos hidrocarbonetos. No entanto, um ano depois se pode constatar o imenso retrocesso que foi imposto na política de nacionalizações. Nenhuma expropriação das multinacionais foi realizada. Tampouco foi instituído o monopólio de exploração dos hidrocarbonetos. O que ocorreu foram negociações de novos contratos de exploração do gás com as multinacionais.

Os trabalhadores brasileiros não devem cair na farsa do discurso do "*interesse nacional*", que serve apenas aos acionistas da Petrobras. Não é possível alcançarmos a soberania oprimindo outro país menor, repetindo o que o imperialismo norte-americano faz conosco.

Devemos prestar o mais amplo apoio e solidariedade à luta do povo boliviano que lutam pela sua soberania.

Por outro lado, os trabalhadores da Bolívia devem continuar exigindo medidas para a completa nacionalização dos hidrocarbonetos. Isso significa exigir a expropriação, sem indenização, de todas as empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras.

A OPÇÃO PELOS RICOS

GOVERNO BOLIVIANO impõe salário de fome enquanto empresários dobram seus lucros

Passados pouco mais de um ano de governo Evo Morales, pouca coisa mudou na vida dos trabalhadores da Bolívia. Dados oficiais do governo mostram que renda dos trabalhadores continua caindo. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatísticas), os trabalhadores do setor privado perderam 9,26 % dos seus salários. Já os trabalhadores do setor público tiveram uma perda de 4% nos últimos dois anos.

As condições de trabalhado são as piores possíveis. Cerca de três milhões de bolivianos trabalham na economia informal, enfrentando condições miseráveis e sem nenhuma seguridade social, estando à margem da legislação trabalhistas. Apenas 900 mil trabalhadores do país estão na economia formal e outros 300 mil estão desempregados.

O salário mínimo dos trabalhadores bolivianos é de US$ 62 (500 bolivianos) por mês. Recentemente, o governo Morales deu um ridículo aumento de três dólares (25 bolivianos) para o salário mínimo. "*Com esse salário mínimo não se pode viver. Na sua campanha eleitoral, o Presidente disse que elevaria o valor para 1.500 bolivianos, mas ele não cumpriu isso*", denúncia Pedro Montes, secretário geral da COB (Central Obrera Boliviana).

A COB realizou uma campanha exigindo um salário mínimo de 1.800 bolivianos e ainda exigiu que o Estado garantisse uma cesta básica de 6.700 pesos bolivianos, suficiente para uma família de cinco pessoas, segundo a Central.

Mas enquanto os trabalhadores continuam amargando o arrocho salarial e a miséria, os empresários do país aproveitam a situação de bonança. Nos últimos dois anos, os lucros dos empresários - oficialmente declarados - quase duplicaram, alcançando um crescimento de 85,6 % segundo os dados do Vice-ministério de Política Tributária do Ministério da Fazenda.

O lucro liquido dos banqueiros e dos donos de agências financeiras na Bolívia também cresceu. Só em 2006 os lucros atingiram US$ 77,6 milhões, um número "*sem precedentes históricos nas últimas décadas*", segundo a Superintendia dos Bancos e entidade Financeiras.

ESTADO RICO, POVO POBRE

No último ano, segundo dados do Ministério da Fazenda da Bolívia, houve uma duplicação dos ingressos tributários e fiscais no Estado boliviano. Em 2004 o Estado recebia pelo gás US$ 287 milhões, em 2005 a arrecadação subiu para US$ 608 milhões. No ano passado o Estado obteve US$ 1,352 bilhões em ingressos fiscais. Para este ano a previsão é uma arrecadação de US$ 2 bilhões.

Contudo, isso não se reverteu em melhoria dos serviços públicos (saúde e educação), contratação de mais funcionários pelo Estado, ou aumento dos salários dos servidores – que também tiveram um ridículo aumento de 6%. "*Se vende mais gás e está entrando mais dinheiro, em alguns casos de dobrou e se triplicou o ingresso fiscal. Mais para nos isso é somente um discurso, o dinheiro do gás não chega ao bolso dos trabalhadores*", disse o secretário executivo da COB.

RICARDO STUCKERT/AG.BRASIL

Evo Morales e Lula após firmarem acordos

DIA 23: TRABALHADORES PREPARAM DIA DE LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS

MOBILIZAÇÕES enfrentarão ataques do governo Lula

DA REDAÇÃO

Trabalhadores e ativistas de movimentos sociais e populares preparam um grande dia nacional de luta unificado para 23 de maio. Em todas as regiões, protestos, mobilizações, paralisações, ocupações e bloqueios de estradas denunciarão os ataques do governo Lula, como a reforma da Previdência e o projeto da Super-Receita.

O dia de luta deverá ser um marco, unindo um grande espectro de forças nas mobilizações. A nota convocando a jornada de luta do dia 23 foi assinada por Conlutas, Intersindical, pastorais sociais, CSC (Corrente Sindical Classista – PCdoB), CUT, MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), MST, Conlute, UNE, Andes, Condsef, Fenasps, entre outras entidades sindicais e movimentos sociais.

"*Vamos nos manifestar contra a política econômica do governo federal, que enriquece banqueiros e grandes empresários, estrangula qualquer possibilidade de investimentos em políticas sociais, mantendo a perversa concentração de renda. Vamos nos manifestar contra a retirada de direitos trabalhistas e contra a reforma previdenciária apresentada, pois é inadmissível reduzir nossas conquistas históricas*", afirma a nota.

MOBILIZAÇÕES

Os professores da rede estadual de educação já votaram greve no dia 23 no Rio de Janeiro e em Santa Catarina. Já os professores estaduais de São Paulo definiram o dia como de paralisação. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) prepara um dia nacional de paralisação, exigindo a retirada do PLP 01, dispositivo do PAC que limita o reajuste ao funcionalismo; em defesa da Previdência e pela manutenção do veto à Emenda 3.

Os servidores públicos federais também vão realizar paralisação, de acordo com o calendário aprovado na última plenária nacional realizada em Brasília. O funcionalismo federal vai se mobilizar contra a reforma da Previdência e os ataques do PAC aos servidores, exigindo ainda a manutenção do veto à Emenda 3, mas denunciando e reivindicando a revogação de todo o projeto da Super-Receita.

Os metalúrgicos de São José dos Campos (SP) e de várias cidades de Minas Gerais paralisarão suas atividades nas fábricas. Os sindicatos da construção Civil de Belém (PA) e de Fortaleza (CE) também vão parar nas obras.

O MTST, que obteve vitória importante com uma ocupação na periferia de São Paulo, decidiu também que vai promover ações na região metropolitana. Já o MST está preparando atividades em todo o país.

PREPARAÇÃO AVANÇA EM MINAS GERAIS

Minas Gerais é um dos estados em que o processo de preparação do dia 23 é mais dinâmico. As entidades que compõem a Conlutas prepararam um grande ato no centro de Belo Horizonte. Os sindicatos de BH realizarão assembléias nas principais praças da cidade, convergindo posteriormente em uma grande manifestação unificada em frente à prefeitura. Os manifestantes sairão em marcha até o Palácio da Liberdade, sede do governo estadual.

Em encontro nacional realizado no Triângulo Mineiro, o MTL também decidiu organizar ações no dia 23. Já os professores da rede municipal de ensino de BH paralisarão suas atividades. Os órgãos públicos ligados ao Sintappi (Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoria e Pesquisas) também vão parar e o Sindicato dos Servidores Municipais (Sindibel), que recém saiu da eleição na qual a chapa da Conlutas foi vitoriosa, realizará assembléia e também fará parte da manifestação na tarde do dia 23.

Os trabalhadores da saúde pública realizarão uma assembléia estadual na mesma data, com paralisação e caravanas do interior para BH. Os servidores estaduais ligados ao Sindpúblicos, entidade filiada à CUT, compareceram à ultima reunião do grupo de trabalho da secretaria estadual da Conlutas e informaram que realizarão uma paralisação no dia 22 e enviarão representantes ao dia 23.

Entre os metalúrgicos da Federação Sindical e Democrática, filiada à Conlutas, estão sendo organizadas paralisações no interior do estado. Em algumas regiões, as manifestações serão feitas conjuntamente com o MST, possivelmente com o corte de estradas.

A última semana tem sido de intensas atividades de preparação do dia 23 em Minas. Um panfleto regional da Conlutas vem sendo divulgado nas bases das categorias. A imprensa local recebe regularmente informações das atividades previstas. No momento em que fechávamos esta edição do OS, estava prevista para o dia 16 a realização de uma grande plenária unificada das entidades que convocam o dia 23.

O evento acontece no Sindicato dos Comerciários, filiado à Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que aceitou se integrar às atividades. Apesar de a CUT até o momento não ter incorporado a data, os membros da CSC têm participado das reuniões preparatórias.

ATOS DEVEM ENFRENTAR O GOVERNO

Apesar da intensa preparação, o caráter da jornada de luta do dia 23 ainda não está definido (veja mais na página 8). A CUT e demais setores atrelados ao governo manobram para transformar a data num dia de apoio ao governo e seu veto à Emenda 3. Por isso, torna-se necessária a divulgação ampla da nota conjunta convocando o dia, assim como a preparação na base das categorias, denunciando a reforma da Previdência do governo e sua política neoliberal.

BOLETIM NACIONAL DA CONLUTAS

DIA 23 DE MAIO: VAMOS SACUDIR O PAÍS EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS!

Defenda seus direitos. Organize seu local de trabalho e entre nesta luta você também!

Boletim da Conlutas convocando o dia 23